

Hoje, a verdade é algorítmica?

Today, is the truth algorithmic?

Hoy, ¿la verdad es algorítmica?

Gisele Gallicchio¹

Resumo: O presente artigo parte de uma perspectiva filosófica que problematiza o termo “pós-verdade” e seus usos, especialmente, àqueles relacionados à produção de *fake news* para, através de uma abordagem foucaultiana e deleuze-guattariana, propor uma breve análise acerca do deslocamento do regime de verdade ocorrido nas sociedades de controle. Neste sentido, distingue a “verdade-episteme” da “verdade algorítmica”, apresentando um movimento atrelado às máquinas comunicacionais e informatizadas que investem na produção da subjetividade, bem como asseguram a governamentalidade cibernética, endossando uma política de eliminação e de extermínio, a qual se encontra alinhada à reprodução e à ampliação do sistema e da lógica capitalística.

Palavras-chave: Pós-verdade. *Fake News*. Algoritmo. Controle. Cibernética.

Abstract: This article departs from a philosophical perspective that problematizes the term “post-truth” and its uses, especially those related to the production of fake news to, through a Foucauldian and Deleuze-Guattarian approach, propose a brief analysis about the displacement of the regime of truth that occurs in control societies. In this sense, it distinguishes the “episteme-truth” from the “algorithmic truth”, presenting a movement linked to communicational and computerized machines that invest in the production of subjectivity, as well as ensuring cybernetic governmentality, endorsing a policy of elimination and extermination, which it is aligned with the reproduction and expansion of the system and the capitalistic logic.

Keywords: Post-truth. Fake News. Algorithm. Control. Cybernetics.

Resumen: Este artículo parte de una perspectiva filosófica que problematiza el término “posverdad” y sus usos, especialmente los relacionados con la producción de fake news para, a través de un enfoque foucaultiano y deleuze-guattariano, proponer un breve análisis sobre el

¹ Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE), Redenção, Ceará, Brasil, gisoaresgal@gmail.com

desplazamiento del régimen de verdad que se manifiesta en las sociedades de control. En ese sentido, distingue la “verdad episteme” de la “verdad algorítmica”, presentando un movimiento ligado a máquinas comunicacionales e informatizadas que invierten en la producción de subjetividad, además de asegurar la gubernamentalidad cibernética, avalando una política de eliminación y exterminio, que se alinea con la reproducción y expansión del sistema y la lógica capitalista.

Palabras clave: Posverdad. *Fake News*. Algoritmo. Control. Cibernética.

1 INTRODUÇÃO

Non est possibile dirigere homines sine operacione de ordine veritatis. (Michel Foucault)

Contemporaneamente, assistimos a uma proliferação de *versões* acerca das circunstâncias vividas, operando o par fato/*fake* e definindo centros credibilidade para a verdade. Curiosamente, estes centros consistem na mídia oficial como uma espécie de detector de mentiras, um aparelho isento de interesses, um bastião da verdade, promovendo segurança, imparcialidade e confiabilidade. As redes informatizadas, em especial o *Facebook* e o *Twitter*, tornaram-se instrumentos de circulação de poder, manifestação da verdade e ação de governo. Pronunciamentos, demissões, decisões político-administrativas, toda ordem de procedimentos e disputas ganham visibilidade e ressonância nestes canais de informação.

As opiniões disseminadas nestas vias recebem validade e sobrepõem-se a qualquer análise especializada. Há uma desqualificação de conteúdos com fundamentação científica. Recursos político-administrativos transitam nestes registros de opinião como ações de governo mais legítimas que aquelas produzidas nos espaços formais destinados aos representantes. Um grande espetáculo interativo com todas as fórmulas de jogos de eliminação instaura-se. Tais circunstâncias indicam mudanças recentes acerca do estatuto de verdade, tensionando a pensá-las a partir de aproximações com a abordagem foucaultiana.

Já convém lançar a provocação: nem fato, nem *fake*, o que implica dizer que o termo pós-verdade (baseado no par anunciado como uma condição pós-moderna) não se sustenta pela perspectiva de Foucault. É possível indicar, uma transformação do regime de verdade, dos critérios que a validam, definindo o que passa a ser considerado verdadeiro. Abandonou-se a dimensão epistêmica de sustentação aos enunciados nas sociedades modernas. Se a verdade era demonstrada e fundamentada em regras e enunciados científicos, estendendo-se à organização

social, política, econômica através estratégias e mecanismos que exerciam poder, agora ela é algorítmica.

Na aula, “Do Governo dos Vivos”, Foucault realiza um contraponto ao poder centralizado e repressivo e à ideologia dominante através da relação saber-poder. Posteriormente, trata das maneiras de enunciar e produzir verdade que asseguram formas de governar distintas da racionalidade moderna. Interessa ao autor o exercício de poder e a manifestação de verdade, isto é, as maneiras com que “se inscreve o exercício de poder numa manifestação de verdade, justificando a ordem de poder como ordem de mundo” (FOUCAULT, 2007, p. 274). A manifestação de verdade procede por convergência de componentes e relações heterogêneas, efetivando uma centralização de conhecimento onde reside o poder. Estes processos de articulação entre verdade, ordem de poder e ordem de mundo diferem conforme as formações históricas. Foucault assinala o jogo em que o imperador Sétimo Severo (nos séculos II e III) atribui uma ordem de mundo compreendida como verdade manifesta às figuras com traços mágico-religiosos (pinturas dos astros celestes na cúpula do palácio). Uma espécie de verdade suplementar excede o conhecimento utilizado na reflexão jurídica que funda as sentenças. Nesta operação, ele converte e fixa necessidade, verdade e direito; justifica suas sentenças; confere forma de poder às suas ações e decisões; bem como garante efeitos e aceitação em decorrência da correlação verdade-política imperial. O poder do imperador é verdade, posto que a ordem de poder corresponde à ordem de mundo.

No século XIX, a arte de governar encontra-se ligada à descoberta de uma verdade e do seu conhecimento objetivo. O governo resulta numa superfície de reflexão da verdade, da sociedade e de um certo número de expressões. Conforme Foucault (p. 286), isso “implicou a constituição de um saber especializado, a formação de uma categoria de indivíduos especializados no conhecimento desta verdade, e esta especialização constitui um domínio [...] um conjunto de coisas e de relações que deveriam se impor à política.” A racionalidade moderna ampara-se no enunciado científico, na *episteme* como critério de validação da verdade e de legitimação do poder, determinando o exercício do governo. Para Foucault (p. 283), governo não se restringe à instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, também é composto por “mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens”.

Dois aspectos são destacados: os deslocamentos acerca da fixação da verdade imprescindível a ação de governar; a importância da ciência para determinação do modo de vida moderno, cuja verdade resulta em uma noção universal com extensão histórica e cultural. A verdade promulgada pela ciência determina uma única forma válida de conhecimento que se estende no espaço e no tempo. Ao que lhe escapa, compete a designação de crença, tradição, religião, opinião, desaprovando seu valor e uso. O século XIX, inspirado nos princípios filosóficos dos séculos XVII e XVIII, realiza a arte de governar amparada na descoberta de uma verdade e no conhecimento objetivo, que estabelecem os limites do Estado Liberal Moderno (sob signo da constituição como salvação formal do indivíduo e da propriedade privada), a distribuição equitativa e a função dos poderes, a separação das esferas pública e privada, a participação social determinada pela representação (concebida como consciência e cidadania). O exercício do governo supõe a transparência, a demonstração e a objetividade científicas das ciências exatas e naturais. Segundo Foucault (p. 286), se “governa pela verdade, pelo conhecimento exato dos processos que caracterizam essa realidade que é o Estado”. Estado, sociedade e conhecimento objetivo compreendem os termos que definem as relações modernas de governo e verdade.

Esta verdade explica e valida os fatos e as ações, tornando-os objetos de conhecimento enunciados em proposições. Sua negação corresponde a uma inadequação definida como erro, apresentada como falso. (Destaca-se, aqui, o par verdadeiro/falso que vem sendo substituído por fato/*fake*). O critério científico de verdade vigora até meados do século XX, quando os limites da razão, da representação e da ciência moderna são rompidos, levando à remoção da verdade como critério de legitimação em detrimento do desempenho e da eliminação do erro. Novos preceitos entram em jogo para promover o bom funcionamento do sistema, produzindo efeitos que podem ser considerados verdadeiros a partir de uma ordem distinta da epistêmica. A totalidade é substituída por sistemas abertos formados por combinações de entradas e saídas (*input e output*), onde interessa localizar o erro, consagrado como empecilho ao bom funcionamento². Convém observar que o erro desvincula-se da demonstração da verdade, dissocia-se do falso como negação ou inexistência do real. Ele passa a obstáculo para ações e

² Esta substituição da verdade pelo erro, que indica a passagem do conhecimento e da ciência para o saber, acarretando em novos regimes de validação discursiva encontra-se na obra de Jean-François Lyotard intitulada *O Pós-Moderno*.

resultados. Com isso, os procedimentos não apenas reconhecem o erro como também devem eliminá-lo, uma vez que é considerado um entrave ao desempenho do sistema, impedindo sua eficácia. Ao sistema importa o erro e não mais a verdade, visto que a ele atrelam-se as metas e a velocidade dos resultados. Novas regras e critérios vinculam-se à produção de saberes e poderes indissociáveis da linguagem e da informação.

2 PÓS-VERDADE E USOS

Alguns apontamentos levantados acerca da definição e da utilização do termo pós-verdade segundo diferentes ancoragens teóricas pautam as rápidas considerações deste artigo. Pós-verdade, de acordo com o Dicionário Oxford (2016), “se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. O verbete indica a distinção entre verdade e pós-verdade apoiada em quatro pontos: o prefixo *pós*, o entendimento de *fatos objetivos*, a ênfase à *opinião* e o uso da *emoção*. Estes termos remetem à verdade ligada ao pensamento moderno e à episteme, a qual atua como um

dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito de que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro. É o dispositivo que permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável [...]. (FOUCAULT, 1996, p. 247).

A pós-verdade tem como cerne a oposição à verdade equivalente ao conhecimento, ao pensamento epistêmico. Esta verdade, indissociável da episteme, possui em sua arquitetura a separação sujeito-objeto necessária à demonstração e à validação dos fatos através do uso adequado da razão e das regras de enunciação. Há uma verdade inerente aos fatos e às coisas que é desvelada pelo uso apropriado das regras e dos enunciados. Percebe-se que essa *verdade-episteme* distingue conhecimento de opinião. O primeiro é fundamentado, estável e certo, uma vez que apresenta garantias incontroversas de validade³, correspondendo a um saber demonstrativo característico da ciência e dos seus especialistas; a segunda encontra-se

³ Conforme ABBAGNANNO, Nicola . *Dicionário de Filosofia*, p. 391.

desprovida de fundamento e reflexão. Daí, ocorre a associação entre opinião e emoção para especificar aquilo que escapa da razão e dos procedimentos objetivos por pertencer à ordem pessoal ou subjetiva. O significado de pós-verdade opera por binariedade: a verdade alinhada ao conhecimento objetivo, ao fato, à certeza e à razão em contraposição à ficção, às notícias falsas, à manipulação e à emoção.

O artigo da “Carta Capital” (2017)⁴ denuncia a pós-verdade como um conceito equivocado, utilizando uma abordagem habermasiana, que considera o fato um produto da linguagem. Há uma recusa ao atributo *objetivo* que supõe o fato em si, que confia uma verdade inerente ao objeto. Nesta perspectiva, o conhecimento resulta do sujeito, uma vez que “não existem fatos objetivos, pois todo fato, enquanto evento percebido pelo homem, é subjetivo” (Ibid.). Ele é concebido pela transformação dos eventos (apreendidos pelos sentidos) em informação e linguagem. A conversão em fenômeno e em comunicação supõe que “todo fato é uma interpretação do evento, uma “manipulação” humana, não existindo fato objetivo, mas elementos objetivos do acontecimento temporal que necessariamente passarão pela subjetividade humana para entrar na sua percepção e na comunicação (Ibid.)”. O texto também menciona que a pós-verdade é “uma má compreensão de como o homem se relaciona com o mundo, de como ele constrói informações e se comunica.” A definição de pós-verdade utiliza a ideia clássica de verdade para fazer “crer que existiriam fatos objetivos negados pelas pessoas por conta de suas crenças, o que não acontece exatamente dessa forma. Todos constroem fatos influenciados pelas suas crenças, sobretudo políticas (Ibid.)”. Finalmente, sustenta um conhecimento em que se substitui a verdade (lógico-formal ou semântica) pela cooperação orientada para a solução de problemas e melhoria de vida da população, alegando que a “defesa de verdades ou da existência de pós-verdades na política é algo pobre, que leva a erros graves (Ibid.)”. Nesta direção, sugere a politização do cidadão, a flexibilidade e a mudança de opinião para suprimir os erros e solucionar problemas.

Erros, metas e resultados ótimos, que aparecem nesta ordem discursiva, coincidem com as exigências do neoliberalismo. A cooperação é um elemento da “filosofia” *just-in-time* baseada na informação e na comunicação, visando otimizar fluxos, envolver os colaboradores e melhorar continuamente a qualidade dos produtos. Este modelo de organização e gestão

⁴ A este respeito, conferir artigo intitulado *Pós-verdade: o conceito político da moda é equivocada*. Carta Capital, 03 mar. 2017.

compreende as mudanças no sistema produtivo do mundo globalizado em que o toyotismo, desde a década de 60, reformula a linha de produção de mercadorias em escala mundial. O sistema *just-in-time* “visa atender à demanda instantaneamente, com qualidade perfeita e sem desperdício” (SLACK: CHAMBERS: JOHNSTON, 2002, p. 482). Cooperação, flexibilidade, controle e desempenho são condutas para ampliação da produção em atendimento às exigências do mercado.

Hancock (2016), no artigo intitulado “Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, ‘pós-verdade’, a Trump e Brexit”, indica a trajetória e o uso político do termo pós-verdade, salientando que “no debate político, o importante não é a verdade, mas ganhar a discussão”, sublinhando a primazia das metas e a efetivação dos resultados previstos através de quaisquer operações *necessárias* a este fim. O jornalista cita revistas e periódicos (tais como *The Nation*, *Independent*, *The Economist*, *El Pais*, *The New York Times*) que aplicam o significado do verbete e assinalam a desqualificação da verdade, supondo uma realidade negada frente à valorização das sensações. Os critérios de valorização que caracterizam a pós-verdade baseiam-se na eficácia da defesa de ideias e argumentos capazes de gerar efeitos de verdade. As práticas que investem na pós-verdade encontram-se presentes da circulação de informações (especialmente via *Twitter*), nas campanhas eleitorais (em especial de Trump), nas ações governamentais (do primeiro-ministro da Espanha, entre outros líderes e presidentes). Hancock observa que a estratégia presente na circulação da informação consiste em fazer a notícia chegar “a mais pessoas que o desmentido, se houver um”. A matéria expõe que os recursos tecnológicos e informatizados para suscitar tais impactos ampliaram-se, promovendo mudanças na emissão e controle da veiculação das mensagens noticiadas. Embora tributário do uso de termo pós-verdade como distorção de uma verdade fundada e inerente aos fatos correspondentes à percepção exata da realidade, Hancock detecta a disputa por melhores resultados. Tal disputa recorre a critérios desprendidos dos enunciados verdadeiros, científicos e especializados.

A comunicação intitulada “A era da pós-verdade a partir do conflito entre a realidade e a percepção, sob a perspectiva da filosofia de Wittgenstein” problematiza a noção corrente de pós-verdade como “um discurso em que a realidade não condiz com a percepção” (MARTINS, 2018). Martins dilui as distinções entre verdade e pós-verdade a partir crivo filosófico e conceitual da verdade e de suas implicações na linguagem presentes do pensamento de

Wittgenstein. Baseado neste filósofo, assinala que, na relação entre figuração e figurado, a identidade opera uma correspondência entre percepção e realidade, possibilitando o acesso à verdade. Quando Wittgenstein abandona a “identificação entre figurado e afigurado, [concebendo a] linguagem como um jogo que abole a lógica como modelo da realidade, [lança a inviabilidade de] qualquer fundamento que garanta a sua validade” (Ibid.). A realidade torna-se uma forma de percepção, levando o autor a sustentar que verdade e pós-verdade são equivalentes porque percepções construídas pelos jogos de linguagem. A ruptura com o procedimento lógico para a obtenção da verdade provoca sua suspensão como categoria de legitimação dos fatos e dos fenômenos.

A transformação da ordem discursiva da verdade encontra-se atrelada a deslocamentos no modo moderno de pensar e de viver presentes no prefixo *pós*. Feitosa (2017), ao apontar a pós-verdade “como uma estratégia de desvalorização dos fatos em prol de interesses pessoais”, enfatiza que a escolha no termo não é neutra, uma vez que se trata “de uma interpretação que é ao mesmo tempo uma acusação”. Ele acrescenta: “Tudo se passa como se a ‘pós-verdade’ fosse a verdade típica dos tempos ‘pós-modernos’”. Há indícios de um teor pejorativo, de uma desqualificação, tanto na associação entre termos, quanto no uso inflacionário e esvaziado da expressão *pós-moderno*. O filósofo alerta acerca da distinção entre *condição* pós-moderna e *pensamento* pós-moderno, destacando que a condição pós-moderna é histórica e cronológica, condizente com as mudanças ocorridas na virada do século XX ao XXI. Já, o pensamento pós-moderno vem problematizar tais modificações ocorridas nesta situação histórica. Feitosa assinala, a partir da abordagem de Jean-François Lyotard, que o projeto moderno “de liberar a humanidade da ignorância e da miséria produziu, ao contrário, sociedades que permitem o imperialismo, a guerra, o desemprego, a tirania da mídia e o desrespeito à vida humana em geral” (Ibid.). Daí, a importância da análise do pensador francês acerca da lógica e dos limites da razão, da verdade, da ciência, afirmando a impossibilidade de “discurso único e definitivo sobre o que é bom, justo ou verdadeiro”.

Feitosa também destaca que Lyotard examina os novos critérios de validação, atrelando o saber ao mercado, para propor a emergência do pensamento pós-moderno, cuja característica fundamental é a afirmação das diferenças e do pluralismo. Ao fazer uso destes aspectos, Feitosa aponta uma possibilidade de reversão do traço negativo de pós-verdade, lançando indícios para a construção de um novo sentido. Amparado em Nietzsche, sugere (como tarefa política

daqueles que ainda têm respeito pelo pensamento), “avaliar continuamente não só os discursos, mas também os avaliadores e os próprios instrumentos de avaliação”. Neste processo, inclui-se o “exercício da autoavaliação, pois a pós-verdade, entendida aqui não como a ‘não-verdade’, mas como a ‘verdade pluralizada e sob constante tematização’” (Ibid.). O autor dispara elementos capazes de subverter os mecanismos de linguagem, barrar as estratégias disseminadas pela proliferação da informação, resistir ao controle e ao assujeitamento.

3 NA VERDADE, OS ALGORITMOS

As anotações expostas levam a questões acerca da noção e do uso da pós-verdade: Trata-se de uma pós-verdade (referendada pela *verdade-episteme*) ou de uma verdade promovida pela mudança de critérios de validação? Que critérios são utilizados? Como eles se articulam a uma manifestação de verdade e a uma estratégia de governo que se atualiza?

A linguagem torna-se problema central na filosofia. Cabrera (2003) a enfatiza como ponto de reflexão filosófica do século XX, incluindo na filosofia da linguagem, além da analítica, as várias perspectivas e abordagens (hermenêutica, fenomenologia, filosofia transcendental, crítica de ideologias, psicanálise) que usam a linguagem na constituição de conceitos. O autor defende um pluralismo presente nestas filosofias e observa que

ao longo da história da filosofia de maneira lenta e fragmentada vai se adquirindo aguda consciência do fato de a linguagem ser algo maior que um mero “veículo” de transmissão de conceitos já totalmente construídos, para começar a ser vista como **uma estrutura constituinte (ou co-constituente) de conceitos**. É no século XX, entretanto, sob diversas perspectivas, que essa consciência se agudiza e encontra suas mais claras formulações (CABRERA, 2003, p. 20).[Grifos meus]

O enfoque de Cabrera possibilita dimensionar a importância da linguagem no contexto contemporâneo, na medida em que ela se torna essencial não apenas como estruturação de conceitos, mas de constituição, relação, demilitação de percepção de mundo e de realidade.

Deleuze e Guattari (1996) indicam que a contemplação, a reflexão e a comunicação demarcam, respectivamente, três idades na história da filosofia, a Eidética, a Crítica e a Fenomenologia. Esta última torna a comunicação uma espécie de universal, investindo na intersubjetividade. Assim, encarrega-se das formas que definem códigos, significados, significações, orientando as interpretações entre emissores e receptores de mensagens. A extensão da linguagem, que permeia estratos filosóficos, técnicos e científicos, envolve a instauração das máquinas

comunicacionais e informatizadas, promovendo a formação de novos mecanismos e estratégias, os quais compõem processos de subjetivação contemporâneos. Eles estão associados ao uso dos algoritmos e à redefinição dos referentes produtores dos efeitos de verdade.

Foucault, ao relacionar a verdade ao poder e afirmar que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade”, vem destacá-la como imanente e indissociável da produção de mundo, das coerções e das regulamentações de poder. Assim, abrange os tipos de discursos, os mecanismos, as instâncias, as técnicas e os procedimentos “que são valorizados para a obtenção de verdade”, bem como “o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1996, p. 12).

A correspondência entre verdade e pós-verdade sugerida por Martins ganha fôlego, uma vez que as mutações promovidas pela linguagem envolvem o estabelecimento de novos domínios e procedimentos dirigidos à obtenção do estatuto de verdade. Com isso, ocorre uma desarticulação de *uma* verdade centrada nos enunciados científicos através do descrédito das instâncias, das instituições e dos discursos especializados que a propagam para engendrar *outra* verdade ligada a novas formas de elaboração, difusão e consumo, cuja validade se efetiva nos registros midiáticos e informatizados, fazendo as opiniões funcionarem como verdadeiras. Este processo mescla linguagem, algoritmos e subjetivação. De que maneira a linguagem impregna a lógica da computação e a construção dos algoritmos?

A filosofia analítica investiga o significado das proposições científicas, considerando a precisão dos argumentos, impedindo as ambiguidades através da lógica formal, da análise conceitual, da matemática e das ciências naturais. Este método é utilizado na formulação dos algoritmos, enquanto uma escrita lógica, precisa, orientada para uma interpretação correta. Na lógica da programação, as séries escritas em algoritmos devem elaborar um maior número de variáveis, as quais correspondem a diferentes formulações convergindo segundo uma ordem para um (mesmo) resultado. Portanto, cada algoritmo comporta diferentes passos e maneiras de *perguntar* algo para circunscrever objetivamente uma função direcionada à resposta.

Pierro (2018), no artigo “O mundo mediado por algoritmos”, define que um algoritmo é constituído por uma “série de etapas utilizadas na resolução de um problema ou na realização de uma tarefa de forma automática”. Esta série escrita é composta de passos lidos e executados pelo computador, configurando a linguagem de programação. Ela se assemelha à língua com grupos de palavras e significados, a qual é transformada em códigos a serem interpretados

corretamente pelo computador, a fim de executar os comandos. Um algoritmo é construído em três fases, conforme explica e exemplifica o autor:

1. Identificação do problema: é preciso **definir o objetivo** do algoritmo de modo **preciso**, buscando uma **solução**. Se o desafio for usar imagens para **detectar um tipo** de câncer de forma mais precisa, o cientista da computação poderá criar uma **estratégia** levando em conta as **características** dos tumores, as **bases de dados** disponíveis e os **métodos** possíveis de diagnóstico.
2. Organização da solução: nesta etapa é estabelecida a **sequência de passos** descrito em idioma corrente **para resolver o problema**. No caso de diagnóstico de câncer, **vasculhar** imagens médicas disponíveis, **comparar** tumores e seus volumes e **levantar dados** sobre a evolução da doença e sua modalidade.
3. Tradução e desenvolvimento: a solução, então, é **convertida para uma linguagem de programação** (ordens, operações matemáticas e algoritmos de algoritmos). Cada passo é traduzido em linhas de código com comandos necessários para a sua execução. Há algoritmos com milhões e até bilhões de linhas de código elaborados de maneira lógica e precisa. (PIERRO, 2018) [Grifos meus]

Este trecho descreve a linguagem baseada na analítica para assegurar a formulação dos algoritmos, que são sistemas lógicos. Também expõe a importância de um extenso levantamento de dados, a fim de determinar um volume de informações que especificam variações e analogias necessárias à elaboração das sequências para definir metas e atingir resultados. Linguagem, lógica, dados e resultados constituem uma instância discursiva cujo funcionamento manifesta um valor de verdade presente na informação.

Pierro destaca o impacto dos algoritmos em nosso cotidiano através dos programas informatizados que levam a população a sofrer seus efeitos, mesmo desconhecendo seu formato e mecanismos de ação. A extensão deste impacto pode ser constatada na evolução dos computadores e no desenvolvimento de programas complexos (*softwares*), que fixam rotinas e aumentam a velocidades das máquinas para executarem tarefas cada vez mais sofisticadas, atendendo às demandas de informatização e cibernética da produção, bem como ajustando-se às exigências de mercado (desde a logística e as movimentações financeiras até os treinamentos e a produção de comportamentos) necessárias ao remanejamento e ampliação do capitalismo. A organização do *Big Data*, banco de dados com gigantescas quantidades de informações coletadas a baixos custos, possibilita aos algoritmos “identificar padrões imperceptíveis ao olhar humano em atividades de todo tipo” (Ibid.). Nestas operações, investe-se na definição de perfis e comportamentos, a fim de elaborar mecanismos de controle e

estratégias eficazes para a direção das condutas. O autor menciona, entre inúmeras esferas, a ação de algoritmos e de robôs que interferem, automaticamente, seja nos investimentos da Bolsa de Valores (determinando mais de 40% das decisões de compra e venda no mercado de ações no país - chegando ao percentual de 70% Estados Unidos), seja na função de filtro efetuada pelo Google, quando em segundos percorre bilhões de páginas para averiguar e classificar sua importância, quantidade e a boa procedência ao dispor os *links*.

Os algoritmos são responsáveis pelo processamento das *escolhas* que aparecem nas contas do *Facebook*. A ordem deliberada no *feed* de notícias do usuário está condicionada ao “conjunto de postagens produzidas ou que circulam entre os amigos” e à análise das informações (qualidade do conteúdo, *spam*, exageros de *marketing*...) para as quais são “atribuídas notas de acordo com o perfil e a suscetibilidade do usuário em curtir e compartilhar a informação” (Ibid.). A constatação de Pierro acerca da influência e do poder das grandes empresas da internet, que concentram informações valiosas acumuladas através do acesso ao *Big Data*, possibilita assinalar alguns traços do processo de subjetivação, que faz uso dos algoritmos para obter dados, *revelar* verdades, controlar e direcionar comportamentos, a fim de atingir os resultados encomendados pelos seus contratantes ou parceiros. É interessante observar que os usuários das contas, ao reproduzirem as informações, acreditam-se ativos e participantes porque partilham geolocalizações, estados de humor, idéias, narrativas excepcionais ou banais, resultados de suas atividades físicas com percurso registrado, medições de *performance* e autoavaliação, cardápios e refeições, fotos de todos os eventos (férias, festas, rebeliões, passeatas, aulas, colegas, amores, parceiros sexuais), produzindo dados o tempo todo. A exibição de sua vida cotidiana, buscando a valorização de suas ações numa espécie de bolsa de valores cotada por número de curtidas e compartilhamentos, fornece “um estoque de informações (...) melhorando o algoritmo de modo contínuo” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 137). Este funcionamento exhibe linhas que engendram a produção da subjetividade e o exercício de governo.

De acordo Ricardo Peña Marí (Apud FAJUL, 2018), autor do livro *De Euclides a Java, La Historia de Los Algoritmos y de Los Lenguajes de Programación*, “as únicas tarefas não algoritmizáveis, no momento, são aquelas relacionadas à criatividade e às emoções humanas”, ou seja, aquelas capazes de resistir às estratégias de subjetivação. As formas de assujeitamento definem perfis através das operações algorítmicas, com medição e delimitação

de padrões, edição de comportamentos atrelados à correção e à disposição das informações. Os algoritmos processam entradas (*input*) e saídas (*output*) de acordo com instruções, arranjando uma sucessão hierárquica de aparições que determinam a visibilidade da informação e geram os efeitos programados nas condutas.

Os dados processados pela lógica da programação para a informação e a mensagem, os jogos de linguagem e os recursos semióticos estipulam as técnicas e os procedimentos de manifestação da verdade, bem como asseguram a eficácia de seus efeitos. As instâncias midiáticas e informatizadas traçam uma superfície em que se evidenciam os discursos compreendidos como verdadeiros por redundância, medida e interação. Nela, a opinião é simultânea às correções algorítmicas que os dados convertidos em informação, inscrevendo-a em uma ordem poder. A verdade é medida pela frequência e extensão da opinião. O conhecimento proferido por especialistas e sustentado em enunciados científicos perde prestígio. Interessa a repercussão da opinião, cuja ressonância importa em sujeição. A teoria da comunicação vinculada à engenharia da computação constitui um domínio discursivo que proporciona o controle pelo Estado, alimentando procedimentos, táticas e estratégias de governo com base em novos critérios, tornando-se eficaz através da adesão pela interação e pelas *escolhas* oferecidas na rede.

Shannon e Wiener⁵, engenheiro e matemáticos, são reconhecidos como fundadores da teoria da comunicação. Shannon dissocia a informação do sentido (entendido como significado) para considerá-la medida. A informação encontra-se vinculada à transmissão supondo a redundância. É através de uma relação inversamente proporcional entre informação e ordem, que a redundância possibilita a medição da frequência e o estabelecimento do padrão. A medição da informação é fornecida pela teoria algorítmica, tornando previsíveis os conteúdos de informação quando computados em lista através de um programa.

Informação, redundância e entropia pautam a definição de medida, de padrão, através da probabilidade. Não interessa à engenharia os traços semânticos da comunicação, visto que, segundo Shannon (*Apud SERRA, 2007, p.95*) “o problema fundamental da comunicação é o de reproduzir num ponto, de forma exata ou aproximada, uma mensagem selecionada num outro

⁵ Claude Shannon e Warren Weaver são autores de *A Mathematical Theory of Communication*. Norbert Wiener é considerado o fundador da teoria cibernética. Eles contribuíram com o governo norte-americano durante a II Guerra Mundial com pesquisas científicas que subsidiam ações e estratégias de comunicação, de segurança e de combate.

ponto”. Portanto, importa que a mensagem “presente seja selecionada de entre um conjunto de mensagens possíveis”. Na “Teoria Matemática da Comunicação”, conforme termos estatísticos, informação e incerteza encontram-se associadas e colocadas em termos de probabilidade. Para Shannon, quanto maior a incerteza, a desordem, a entropia⁶, maior é a informação trazida pela mensagem. O contrário da informação é a redundância, se a informação é incerteza e imprevisibilidade, a redundância é certeza e previsibilidade. Com isso, o excesso provocado pela frequência tende a circundar a informação com o uso dos algoritmos, fazendo com que a redundância máxima tenha como correspondência a informação mínima. Em princípio, “uma informação sem qualquer redundância não seria sequer entendida como tal pelos seus destinatários”. (Ibid, p. 97-98). Shannon e Weaver introduziram a redundância como função técnica e social na transmissão da informação, a fim de eliminar ou reduzir o ruído e atingir os destinatários de maneira eficaz. A redundância não apenas circunscreve a informação como padrão, mas também lhe atribui validade através da frequência de determinada informação que adquire um significado aceito como realidade.

Wiener (*apud* SERRA, 2007, p. 103-104) propõe o modelo interativo em substituição ao modelo linear e transmissivo de Shannon, defendendo que a comunicação, a circulação da informação, “é um mecanismo de organização mediante o qual os sistemas, sejam eles máquinas, organismos ou sociedades, tendem a contrariar constantemente a tendência entrópica para a desordem e a destruição”. Tal tendência o leva a considerar a informação como organização em oposição à entropia. O matemático relaciona informação e poder, afirmando que “onde chegam a palavra e o poder de percepção do homem, estendem-se também o controle e, num certo sentido, a existência física do homem. Ver o mundo inteiro e dar-lhe ordens equivale quase à ubiquidade” (Ibid. p. 106). A onipresença da informação confere uma ordem de mundo que caracteriza a sociedade pós-industrial, organizando a vida econômica e social. Após a II Guerra Mundial, o *desenvolvimento* de novos meios de comunicação (equipamentos, ambientes e tecnologias) e de processamento de dados tornam-se alicerce da nova ciência ou da ciência cibernética, denominada por Wiener. Instâncias e saberes, que balizam a ciência cibernética, efetuam deslocamentos e remanejamentos da verdade e do homem, delimitando as novas ordens de mundo e de poder.

⁶ A entropia refere-se à medida da variação ou à desordem do sistema.

Engenheiros, matemáticos e programadores promovem regimes discursivos e meios técnicos para instituição de uma nova arte de governar. Através do algoritmo organiza-se uma ordem de verdade que procede pela equivalência da informação e da opinião à ordem de mundo. Na ordem que se instaura, “novas tecnologias de comunicação foram colocadas em prática para tecer não apenas sua teia sobre a Terra, mas a própria textura do mundo em que vivemos, uma forma de pensar e governar” baseada na comunicação e no controle (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 127). Estas condições possibilitam o governo cibernético.

A concepção da tecnologia da informação fabrica formas de ser e organiza maneiras de viver. Os processos de submissão a padrões são qualificados como *escolhas* ou liberdade de informação. O ser é pulverizado em perfis, definindo padrões e valorizando as ações constitutivas da subjetividade que supõe a máxima visibilidade e a melhor cotação num exercício contínuo de desempenho e mérito. Para isso, “o comportamento dos sujeitos é antecipado em tempo real pelo tratamento algorítmico da massa de informações disponíveis sobre eles”, viabilizando o controle e a transparência (com a máxima exibição contínua) (Ibid., p. 130-131). Nesta camada, a informação passa a ser trabalhada pelos recursos semióticos, definindo conteúdos e comportamentos atrelados a modelos, elegendo critérios, determinando a interpretação através de um significante que recobre os significados enquadrados em escolhas. A significação, para Deleuze e Guattari (1997), é determinada pela redundância, pela repetição, que é simultânea à subjetivação, cuja ressonância constitui o sujeito ao reproduzir os significados. Os sujeitos são produtos de uma política exercida por um governo atualmente inerente às sociedades de controle.

As sociedades disciplinares implementaram uma governamentalidade econômica caracterizada pela distribuição espaço, tempo e energia dirigida à produtividade. Nas sociedades de controle, a governamentalidade cibernética dirige-se à sobreprodução, arranjando meios digitais, velocidade e informação. *A economia política, pertencente às sociedades disciplinares*, esmorece frente à cibernética, que implementa novos mecanismos e procedimentos para governar. De acordo com o Comitê Invisível (p. 135 e 131), a “ciência política reinava sobre os homens, deixando-os livres para prosseguir em seus interesses; a cibernética controla, deixando-os livres para se comunicar”. O governo cibernético tem por finalidade impedir o movimento entrópico, isto é, a desordem do sistema, o estado “caótico de mundo, assegurar ilhotas de ordem, de estabilidade”. Considerando que os sistemas são abertos

e plurais, neutralizar a desordem exige uma arte de governar que, ao investir no controle e na comunicação, prioriza a instalação de uma rede de cabos na superfície do planeta e se alimenta de materiais e discursos extraídos de diferentes estratos (informática, biologia [bioquímica], inteligência artificial, gestão ou ciências cognitivas), definindo instâncias e domínios, onde se manifesta a validação da informação, determinando a percepção e o estatuto de verdade. O “governo se identifica cada vez menos com a soberania estatal, passando a exercer a interconexão de homens, dos objetos e das máquinas” estabelecida pelo controle da informação produzida (Ibid., p.126). Estas práticas confluem com os interesses de mercado e efetivação do neoliberalismo. Nesse processo, as linhas de subjetivação orientam-se para o exercício das estratégias de eliminação⁷. As pessoas não se convertem apenas em dados. Elas integram os jogos de eliminação, exercendo as regras promovidas pela linguagem da informação e exigidas pelo capital, aderindo às noções de riscos e de flexibilidade, investindo-se como empreendedores, incorporando a *alma-gás* da empresa, acreditando no mérito, no empoderamento e na resiliência. As formas de *ser*, que compreendem a governamentalidade cibernética, acarretam condutas em que eliminar e exterminar tornam-se ações equivalentes às regras necessárias para vencer este novo jogo. Queimar arquivos, *deletar* pessoas, apagar registros, destruir vidas tornam-se palavras de ordem que penetram em todas as instâncias do cotidiano. A valorização do extermínio torna-se indissociável das práticas microfascistas, conformando uma política.

4 ROSTO DO CONTROLE E SEUS EFEITOS

A política endossada pelo algoritmo efetiva o controle, *corrigindo* os resultados através do acesso e domínio dos dados segundo padrões e metas programados, que implicam uma retificação quase instantânea, decorrente da velocidade de operacionalização daqueles desvios indesejáveis ao sistema. A disposição da ordem da informação dá existência ou faz desaparecer eventos indicados pelo número de acessos, conforme filtros que selecionam componentes digitais (palavras, termos, imagens...) a serem reconhecidos para acelerar, visualizar e alimentar

⁷ A este respeito, conferir a tese GALLICCHIO, Gisele Soares. *Eliminação: uma desterritorialização da violência (linhas transversais aos territórios escolares)*. 2012. 189f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7623>.

a circulação em rede. Estes termos digitais, previstos e detectados pelos algoritmos, definem os critérios de verdade decorrentes da repetição e replicação das informações como função do controle. O que escapa destes filtros ganha invisibilidade numa espécie de apagamento ou clandestinidade nas máquinas comunicacionais e informatizadas. Este apagamento é determinado pelos índices de frequência numericamente manipulados e realimentados em linguagem informatizada. Os resultados visam à reprodução e à ampliação da lógica capitalística sustentada pela opinião (ou infantilização), acarretando a imbecilização dos usuários, nas redes midiáticas, e das pessoas em outros âmbitos desdobrados destas redes. Daí, o investimento do poder em empresas que realizam disparos (robôs) e utilizam pivôs para efetivar as estratégias do controle, do mercado e do lucro consolidadas pela significação e pela subjetivação. Tais estratégias asseguram a ressonância das práticas fascistas (com a gama de racismos a elas inerentes) em apoio a políticas fomentadas pelo complexo industrial-militar de concentração de riquezas, de segurança, de guerras, de resultados eleitorais, etc. Guattari destaca, entre os modos de valorização dominante que dão forma a tal política, “o do império de um mercado mundial com o equívoco generalizado e o do conjunto de relações sociais e internacionais sob a direção das máquinas policiais e militares” potencializadas pelas máquinas digitais (GUATTARI, 2001, p. 10).

A função de segurança, articulada ao controle, recobre desde as instâncias institucionais até a capilaridade do poder. Ela atravessa as máquinas comunicacionais e informatizadas, adquirindo no *Facebook* uma “vocação essencialmente policial” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p.126). A obtenção irrestrita dos dados, que sustenta a nova lógica da governamentalidade cibernética, confere uma ilusão de que as informações pessoais dos usuários correspondem a propriedades individuais a serem preservadas por recursos legais (legislativos e jurídicos) e por ferramentas digitais de bloqueios, alertas e denúncias. Tal ilusão neutraliza o impacto das concessões de dados e informações ao *Google*, *Facebook*, *Apple*, *Amazon*, polícia e a ferramentas de busca do *website* que acarretam outras funções.

Fanjul (2018) reconhece no *PageRank* (algoritmo do Google), uma ferramenta revolucionária devido ao rastreamento na *Web* e ao fornecimento dos resultados de pesquisa em ordem de importância. Segundo Andr s Leonardo Martínez Ortiz, gerente do Grupo de Desenvolvedores do *Google*, o algoritmo desenvolve-se para levar em conta o usuário em seus resultados, já que considera as variações, “ser adulto ou crianç a, pesquisar em Madri ou

em *Silicon Valley*, além de oferecer mapas, imagens, corrigir a ortografia da pesquisa ou entender quando uma pergunta é escrita na caixa de pesquisa. E dar uma resposta” (ALMO Apud FANJUL, 2018). O Comitê Invisível (p. 127) alerta que o que se esconde, com o *Google*, “sob a aparência inocente de uma ferramenta de busca de rara eficácia, é um projeto explicitamente político. Uma empresa que cartografa o planeta Terra (...) não pode ter objetivos estritamente comerciais”.

A política do algoritmo institui em termos lógico-matemáticos e digitais as estratégias da eliminação, do banimento e do extermínio. Em diferentes âmbitos e esferas vividas, seus efeitos prolongam-se em conteúdos e ações desta mesma ordem dada à eficácia da subjetivação⁸. Tal política produz um efeito dominó em velocidades vertiginosas, que colocam as metas programadas pela linguagem algorítmica em *antecipação* e correção dos resultados dos eventos. O processo deste cálculo suprime os contrapontos capazes de gerar resistência ao controle e diferença como exercício irredutível às analogias.

A matemática e especialista em algoritmos, Cathy O’Neil⁹, desde 2011, luta para conscientizar sobre como o *Big Data* aumenta a desigualdade e ameaça a democracia, afirmando que os algoritmos geram injustiças, pois embasam modelos matemáticos concebidos para reproduzir preconceitos, equívocos. Ela afirma que os “algoritmos dominam o mundo”, assim como agravam os problemas, ao observar que transferimos

nossa confiança da matemática para certos modelos que não entendemos como funcionam. Por trás deles há sempre uma opinião, alguém que decide o que é importante. Se olharmos as redes sociais, há vieses. Por exemplo, os conteúdos são ordenados em função de quem fala mais no Twitter ou no Facebook não é matemática, são discriminações feitas por humanos. A pessoa que desenvolve o algoritmo define o que é o sucesso. (Ibid.)

No processo de subjetivação, elegem-se modelos e emissores de opinião para produzir o assujeitamento, reprodução da informação, da opinião, das condutas estabelecidas como uma espécie de concordância, um alinhamento daquilo que se calcula pelos dados e se reapresenta como vontade própria de um indivíduo.

⁸ Estas estratégias tanto alimentam a empresa através da *alma-gás*, traduzida em empresariamento e/ou empreendedorismo, quanto apostam na sustentabilidade, no entretenimento para justificar a destruição da vida em escala planetária.

⁹ Entrevista concedida à jornalista de El País, Ana Menárguez, em 12 nov. 2018.

A efetivação da política do controle, ao vincular os algoritmos às linhas de subjetivação através da interação e da reprodução (diferindo da avaliação), faz usos de replicação das opiniões, dos disparos, das campanhas eleitorais e empresariais, sustentando a incitação aos microfascismos e às polarizações. Programadores ingressam na esfera política e atuam nos gabinetes com o objetivo de explicar as novas regras do jogo transformadas em estratégias de poder e mecanismos de governo.

O’Neil revela que especialistas lidam com fórmulas lógicas e com conhecimentos de programação, estatística e matemática para traduzir a forma de pensar dos humanos em sistemas de processamento de dados. Ela prossegue, “muitos deles ganham muito dinheiro com isso”, comprometendo o direito e a justiça, em benefício de empresas como *Google* e demais acionistas para quem trabalham, uma vez que é “preciso maximizar os lucros [contrariando] o objetivo ético que não costuma ir acompanhado de dinheiro”. (Ibid.)

Quando os algoritmos transformam a informação em mensagens e conteúdos selecionados, os jogos de linguagem suspendem a lógica para acionar a função de validação das versões veiculadas nos meios digitais. Há uma passagem que articula a linguagem de programação com a semiótica, a fim de alimentar a subjetividade capitalística. Deleuze e Guattari (1997, p. 14) definem a informação, enunciado e linguagem, apontando as articulações constitutivas do processo de subjetivação. A informação consiste em um mínimo necessário à emissão de ordens e comandos. O enunciado estabelece a palavra de ordem, de obediência, através da sentença e da interpretação dos signos determinadas pelo significante. A linguagem consiste na transmissão da palavra de ordem sempre indireta, em que um signo remete a outro signo. A repetição continuada de uma dada informação confere validade à mensagem pela redundância, isto é, pela a frequência (que estabelece a significação) e pela ressonância (que determina a subjetivação, a ordem de sujeição). A repetição acentua-se com dispositivos digitais quando mecanismos de seleção e de hierarquização dos conteúdos partem de um pivô (emissor da opinião), o qual irriga a rede para assegurar a proliferação das metas e dos resultados¹⁰. Pivôs e robôs são utilizados para disparar mensagens, cuja reprodução vertiginosa em circulação leva à maximização dos efeitos calculados na sua elaboração. Eles

¹⁰ Pivô no universo digital realiza funções similares ao pivô no esporte, correspondendo àquele, que estrategicamente posicionado, finaliza a jogada; como também na agricultura, que utiliza um mecanismo, cujo eixo em movimento a partir de um centro, irriga as plantações.

reforçam a redundância, para atribuir significação e valor de verdade à informação, e a ressonância, para garantir a sujeição por *engajamento*, concordância e reiteração.

Os usos políticos, que configuram o governo cibernético, são evidenciados no escândalo do vazamento de dados de 50 milhões de usuários do *Facebook*. Os algoritmos utilizados pela empresa *Cambridge Analytica* conseguiram obter dados dos comportamentos destes usuários para, a partir das redes sociais, orientar e assegurar vitória em campanhas (pela saída do Reino Unido da União Europeia e em favor da candidatura de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos). Práticas e operações similares também foram realizadas na campanha presidencial brasileira em 2018, na qual o *Twitter* e o *Facebook* tiveram o papel crucial do uso de algoritmos para alinhar comportamentos, dar visibilidades, veracidade e ressonância às opiniões dos simpatizantes e apoiadores do candidato vitorioso, além de disparos e das publicações de *fakes news*, envolvendo o Gabinete do Ódio, o qual, desde 2019, encontra-se em investigação. O Gabinete do Ódio é o termo empregado pelos próprios integrantes do governo Bolsonaro para

denominar uma facção liderada pelo filho do presidente, Carlos Bolsonaro, vereador eleito no Rio de Janeiro, cuja função inicial foi a de produzir relatórios diários, [apresentando] interpretações sobre fatos da realidade política e econômica nacional e internacional com orientações de medidas a serem adotadas pela presidência da República, bem como a indicação de inimigos internos e externos ao governo a serem difamados e combatidos (XAVIER, 2020, p. 2-3).

Este encontra-se amparado por empresas especializadas na emissão de *fake news* com o uso majoritário dos recursos tecnológicos digitais e comunicacionais. O modo de operar está vinculado aos conteúdos de eliminação que sustentam a política de extermínio e de controle. Xavier (p. 3) observa que a campanha de Bolsonaro, de 2018, foi organizada com a articulação de três eixos: “combate ao comunismo” (correspondente ao combate às desigualdades e à pobreza) manifesto no ódio ao PT e às oposições; “combate à corrupção” e “à violência” em contradição com a trajetória histórica do candidato; “combate à ideologia de gênero, à ‘escola sem partido’, à ‘cura gay’ e às orientações de caráter evangélico”.

Nestes eixos, detectam-se as equivalências que atribuem significados e equalizam signos para reconhecimento e adesão dos discursos. A equivalência consiste no procedimento em que um signo remete a outro signo para determinar significados a serem reproduzidos

quando da circulação das mensagens. Além da correspondência, é a repetição que dissocia a informação do contexto e das condições ligadas aos sentidos e às relações dos eventos com as forças em jogo, estabelecendo uma colagem de ícones manifestos em opiniões. Sentido e significado trazem noções distintas. Sentido exprime o acontecimento quando diz das relações e dos vetores de forças na sua efetivação, possibilitando crítica e avaliação. Significado envolve o direcionamento e o fechamento do sentido, remetendo o conteúdo à forma do signo, cujo significante funciona como chave da interpretação para determinar a verdade e garantir a reprodução. A repetição ganha repercussão acelerada com disparos destinados à adesão e à maximização dos efeitos em condutas determinadas pelas postagens.

Sastre e Carvalho (2018) apontam as características pertinentes aos conteúdos de *fake news* que garantem a eficácia da circulação: “conotação sensacionalista e espetacular, foco em temas da atualidade e com ampla popularidade e busca [de] elementos como discurso e imagens em tom de denúncia ou prevenção de situações de risco”. As três ordens de conteúdos elencadas são amplamente usadas pelo Gabinete do Ódio para configurar ataques aos inimigos do governo com repercussão tanto pela utilização de mecanismos tecnológicos (algoritmos e robôs), quanto pela ressonância da subjetividade capitalística exercida pelos usuários, que replicam a informação e reproduzem a lógica da eliminação em práticas moralizantes, preconceituosas, racistas, machistas e xenofóbicas. Não apenas notícias, mas *memes*, comentários, piadas, paródias, músicas, dancinhas (lembrando coreografias *country*), e uma gama de mensagens *descontraídas* e/ou sarcásticas aumentam a redundância.

A estratégia é atingir quantitativamente a maior superfície digital com mensagens de conteúdo político comprometidas com o controle, cuja velocidade de disseminação produz efeitos irreparáveis, já que a contraposição destes conteúdos exige uma demora com sucesso restrito dado trânsito por universos digitais específicos. A velocidade e a extensão da circulação determinam a eficácia da disseminação de conteúdos porque seus efeitos alcançam escalas incontestáveis decorrentes de durações distintas de emissão, credibilidade, contraponto de conteúdos, consistência dos eventos. Com isso, atingem-se as metas previstas independente de outras versões postas em circulação para responder aos ataques.

Outro componente importante desta estratégia de neutralização de sentidos e pensamento consiste na sobrecarga e no volume de informações com formato de *banners*, palavras de ordem e mensagens telegráficas, gerando uma espécie de asfixia. Pacotes de

informações são despejados nas redes com substituição rápida para fabricação vertiginosa de imbecis, que apenas creditam e reproduzem sem qualquer análise ou demora acerca dos acontecimentos. Opiniões e denúncias mesclam preconceitos e ressentimentos da população orientados para desqualificar aqueles que podem gerar alguma suspeita acerca da política vigente. Termos que se tornam correspondentes como “vermelhos, artistas, vagabundos, que não trabalham, mamam às custas da população; comunismo, crime, quadrilha, petralha¹¹, corrupção; homossexualismo, imoralidade, violência, ameaça à família” repercutem conteúdos políticos e religiosos, investindo no rebanho que rejeita qualquer oposição ou as qualifica como Mal, avalizando o extermínio da diferença presente em outros modos de vida.

A subjetivação ocorre com a obediência e /ou ressonância das palavras de ordem e dos conteúdos telegráficos divulgados em forma de anúncios publicitários nas redes sociais. Estes conteúdos são sustentados e remetidos a exibições televisivas, vídeos de *blogueiros*, programas de mídias locais policialescas e canais similares. As mensagens são esvaziadas na medida em que não fornecem possibilidades de comparação ou de crítica em decorrência da supressão de dados, bem como da omissão de fontes de pesquisa de onde se extraíram as informações. Desta maneira, impede-se a avaliação dos contextos, das implicações, das relações das diferentes forças e direções, que produzem os eventos, para lhes atribuir significações distintas e sentidos diferentes.

No formato das mensagens, predomina a lógica da publicidade e do *marketing*, trazendo informação com conteúdo apelativo e enxuto, direcionado ao consumo. Doses de auto-ajuda, resiliência, ironias, provocações, incitações a agressões e preconceitos com verniz pretensamente conceitual ou crítico mesclam-se nestas construções. Elas anulam o pensamento, na medida em que a comunicação captura o conceito da filosofia para transformá-lo em negócio. Deleuze em Guattari (1996, p. 19) assinalam o momento em que

a informática, o marketing, o design, a publicidade, todas as disciplinas da comunicação, apoderaram-se da palavra conceito, e disseram: é nosso negócio, nós que somos os criativos, nós que somos os ‘conceituadores’! [...] O marketing reteve a ideia de uma certa relação entre ‘conceito’ e ‘acontecimento’, sendo que os únicos acontecimentos são as exposições e os únicos conceitos, produtos que se pode vender.

¹¹ Trocadilho que faz referências aos “irmãos Metralha”, personagens da Disney.

A conversão do conceito em “formação profissional comercial” acarreta um desastre absoluto para o pensamento com suas promessas de benefícios sociais supostas em um capitalismo universal. Os autores (p. 19) enfatizam que “é doloroso descobrir que ‘Conceito’ designa uma sociedade de serviços e de engenharia informática”.

O Gabinete do Ódio combina os usos e os recursos da informática com os apelos das mensagens publicitárias para atingir as metas político-partidárias do governo em exercício, as quais são indissociáveis das práticas fascistas e do capitalismo atual. Xavier (p. 5) esclarece que a presidência efetiva uma política de extermínio vinculada ao capitalismo extremo, de concentração de riqueza¹², que “muitos entendem como medidas de segurança, quando são, na realidade, medidas racistas de limpeza étnica”.

Os temas priorizados nos eixos de campanha de 2018 persistem e justificam as incongruências, as contradições entre as promessas e as ações do governo, a “incompetência” (que mascara desvios de verbas de pastas imprescindíveis à população) e os escândalos envolvendo o presidente, sua família, ministros e assessores. Os mesmos temas associam-se a explicações paranóicas e persecutórias, alegando que instâncias e poderes oficiais “não deixam o presidente governar”. Todas as críticas e mobilizações da sociedade civil configuram comunismo e impedem o desenvolvimento do país, o qual encontra-se concentrado no agronegócio, na exportação, na espoliação das riquezas naturais (incluindo as terras indígenas), bem como na liquidação das vidas e do patrimônio público do país.

Tanto pela forma de operar, quanto pelos conteúdos das mensagens difundidas, o Gabinete do Ódio converte-se em alvo de denúncia e investigação pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a CPMI da *Fake News*, levando à abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal, cujas investigações abrangem palacianos, deputados, *blogueiros* e empresários ligados à família Bolsonaro. Segundo a “Gazeta do Povo”, a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), ex-líder do governo Bolsonaro no Congresso Nacional, declarou, por ocasião da instalação da CPMI, que o “Gabinete do Ódio usa dinheiro público para fazer disparos de mensagens

¹² Conforme pesquisa do grupo *Vigência*, são duas as características centrais do ‘*capitalismo extremo*’: a extrema concentração de riquezas e a tendência à extrema concentração da propriedade e controle das empresas. Conforme relatório do *Credit Suisse*, constatam-se novos extremos, sendo que o 1% mais rico da população mundial acumula mais riquezas atualmente que todo o resto do mundo junto. Disponível em <http://www.vigencia.org/artigo/capitalismo-extremo-concentracao-e-desigualdade>. Acesso em 23 ago. 2022.

falsas e difamações por robôs, e que um único disparo custa 20 mil reais, em média”¹³. A parlamentar revelou que a conta do atual presidente possui 1,5 milhão de robôs, assim como acusou o grupo de assessores do presidente, que forma o Gabinete do Ódio, como um dos mais ativos propagadores de notícias falsas e difamações.

O relatório da Polícia Federal¹⁴ declara que o formato de organização do Gabinete do Ódio nas redes sociais se assemelha ao de ‘milícias digitais’. Enquanto as milícias atuam nas periferias dos centros urbanos, executando práticas ilegais sob alegação de combater o crime do narcotráfico, a milícia digital define seu domínio nas redes sociais, usando *sites* de jornalismo *fake* para difundir notícias distorcidas, além de mensagens personalizadas de *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp* vinculadas aos disparos dos robôs. Elas atacam de forma anônima os antagonistas políticos, ministros do STF, integrantes e dissidentes do próprio governo com vistas a ganhos ideológicos, políticos e financeiros.

5 SUSCITANDO CONVERSA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os algoritmos também atingem as relações de trabalho, seja através da automatização, seja para restringir ou suprimir os direitos trabalhistas. As sociedades de controle caracterizam-se pela *sobreprodução*, conforme Deleuze (1996, p. 223). Nelas, a categoria do trabalho sofre transformações em direção à supressão do regime, da organização e dos direitos trabalhistas que asseguravam as condições mínimas de descanso, saúde, previdência, etc. Sua substituição pelos serviços retira o compromisso com os direitos que competem ao empregador, o qual se torna contratante ou parceiro. A categoria de colaborador da empresa designa o antigo operário que, transformado em uma espécie de prestador de serviço, tem o salário modulado pelo desempenho e pelo mérito. A distribuição da produção também passa a ser controlada pelos algoritmos. O’Neil (2018) exemplifica esta situação, partindo do contexto legal estadunidense dirigido aos trabalhadores do setor de serviços e aos vendedores que atuam por escala,

¹³ O QUE É “GABINETE DO ÓDIO”, QUE VIROU ALVO DA CPMI DAS FAKE NEWS. *Gazeta do Povo*. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/gabinete-do-odio-alvo-cpmi-fake-news/> Acesso em 16 ago. 2022.

¹⁴ Notícias publicadas em 18 de fevereiro de 2022 sobre esta investigação apontam que a *Polícia Federal fecha o cerco aos milicianos cibernéticos ligados ao presidente, que produzem e divulgam ‘fake news’ na rede mundial de computadores para ameaçar adversários, ministros do STF e gente do próprio governo*. Liderada pelo clã Bolsonaro, esta organização criminosa tem por objetivos *obter ‘ganhos ideológicos, político-partidários e financeiros’*. (LIMA; OLIVEIRA; ALLEMAND, 2022).

sendo designados no planejamento do calendário a partir dos algoritmos. Ela revela a Menárguez a existência de “uma lei que estipula que, se você trabalhar pelo menos de 35 horas na semana, deve receber benefícios. Pois há um algoritmo que garante que nenhum empregado faça mais de 34 horas” em atendimento às necessidades da empresa com o pretexto de flexibilização da economia (Ibid.). O ocultamento do funcionamento dos algoritmos envolve um problema de controle político. O’Neil observa que “um algoritmo é o resultado de um processo de tomada de decisões. Se você for demitido porque um algoritmo assim determinou, tem que exigir uma explicação” (Ibid.). A matemática denuncia o uso dos algoritmos na estruturação de novas formas de exploração que se encontra associado à empresa em substituição da fábrica. Mecanismos que acirram a exploração e as desigualdades são inseridos no sistema de controle e de concentração de riquezas.

O termo *pós-verdade* vincula-se à negação, seja dos fatos como objeto de conhecimento, seja dos fenômenos apreendidos pela capacidade de cognição do sujeito segundo condições necessárias e universais. Em outras palavras, o termo adquire sentido quando colocado em relação ao objeto e ao sujeito pressupostos como fundamentos do conhecimento verdadeiro através da representação da realidade. Quando a representação é manipulada pela informática, pela propaganda e pelo *marketing* na efetivação da política e do controle, o termo *pós-verdade* adquire ressonância. Ocorre um embaralhamento entre a informação como fato, o falso como *fake news* e regime de verdade que se instaura em direção à efetivação do poder e do governo das sociedades de controle.

A filosofia da diferença problematiza a representação e os critérios de legitimação da verdade. Ocorre uma tendência em desqualificar tal perspectiva filosófica, considerando-a uma espécie de tributária da *pós-verdade*. Esta tendência orienta-se para a restauração da representação e do regime epistêmico numa espécie de retorno à ilusão dos universais, ignorando os desdobramentos que levam a pensar as transformações e os efeitos de poder deste novo regime que se institui.

A *pós-verdade* encontra indissociável dos algoritmos responsáveis que balizam e verdade, poder, informação. A informação ganha estatuto de verdade com a repetição contínua e excessiva num movimento vertiginoso de replicação da ação, a qual foi disparada por um pivô que emite a opinião em direção a resultados manejados por dados e soluções previstas nas funções algorítmicas. A ciência, a pesquisa, os especialistas de diferentes áreas de

conhecimento (cujos regimes discursivos sustentam-se na episteme) também perdem fôlego neste alinhamento de vetores. O que vale é a produção de efeitos de poder que carrega ações e comportamentos traduzidos em dados, constituindo estratégias de *input e output* em direção a uma solução eficaz ao sistema e à lógica capitalística ampliados pela informação e pelas máquinas digitais. No novo regime, o correto é definido por aquilo que atinge a meta, tornando-se, por isso, em verdade. A *verdade algorítmica* atrela-se à governamentalidade cibernética e à política do controle na constituição das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CABRERA, Julio. **Margens das filosofias da linguagem**: conflitos e aproximações entre analíticas, hermenêuticas, fenomenologias e metacríticas da linguagem. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

CAPITALISMO EXTREMO, CONCENTRAÇÃO E DESIGUALDADE. **Vigência**.

Disponível em: <http://www.vigencia.org/artigo/capitalismo-extremo-concentracao-e-desigualdade>. Acesso em: 23 ago. 2022.

COMITE INVISÍVEL. **Aos Nossos Amigos: crise e insurreição**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

FANJUL, Sergio. C. Na verdade, o que [...] é exatamente um algoritmo? **El País**. Madri, 30 mar. 2018. Disponível em Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/30/tecnologia/1522424604_741609.html. Acesso em: 22 jul. 2019.

FEITOSA, Charles. **Pós-verdade e política**. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/pos-verdade-e-politica/>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. Do Governo dos Vivos. **VERVE: Revista Semestral do NU-SOL**, n. 12, p. 270-298, out. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1996.

GALLICCHIO, Gisele.S. **Eliminação: uma desterritorialização da violência (linhas transversais aos territórios escolares)**. 2012. 189f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012, disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7623>.

GUATTARI, Felix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 2001.

HANCOCK, Jaime Rubio. Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, 'pós verdade', a Trump e Brexit. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html / Acesso em: 20 jun. 2019.

LIMA, Eudes; OLIVEIRA, Germano; ALLEMAND, Marcio. Como funcionam as milícias digitais. Disponível em <https://istoe.com.br/como-funcionam-as-milicias-digitais/>

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

MARTINS, Alexandre Ribeiro. A Era da Pós-Verdade a partir do Conflito entre A Realidade e A Percepção sob a Perspectiva da Filosofia de Wittgenstein. Disponível em <http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/agenda-encontro-2018/item/559-categoriaagenda2018/17928-a-era-da-pos-verdade-a-partir-do-conflito-entre-a-realidade-e-a-percepcao-sob-a-perspectiva-da-filosofia-de-wittgenstein>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MENÁRGUEZ, Ana Torres. Os privilegiados são analisados por pessoas; as massas, por máquinas. Entrevista com Cathy O'Neil, especialista em algoritmos disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/12/tecnologia/1542018368_035000.amp.html. Acesso em: 22 jul. 2019.

O QUE É “GABINETE DO ÓDIO”, QUE VIROU ALVO DA CPMI DAS FAKE NEWS. **Gazeta do Povo**. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/gabinete-do-odio-alvo-cpmi-fake-news/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PIERRO, Bruno de. O mundo mediado por algoritmos. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, Edição 266, abr. 2018.

PÓS-VERDADE. In. **OXFORD Languages**. *Word of the Year 2016*. Oxford University Press. Disponível em <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade> Acesso em: 26 mar 2019.

PÓS-VERDADE: O CONCEITO POLÍTICO DA MODA É EQUIVOCADO. **Carta Capital**, 03 mar. 2017. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/o-conceito-politico-da-moda-pos-verdade-e-equivocado/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SASTRE, Angelo; CARVALHO, Juliano Maurício. de. O comportamento do usuário no processo de difusão de fake news: reflexões sobre o processo de comunicação nas plataformas

digitais. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 21, n. 3, p. 91-106, out./dez. 2018.
Disponível em <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/54005/26651> Acesso em: 13 ago. 2022.

SERRA, Joaquim Paulo. **Manual de Teoria da Comunicação**. Universidade de Beira Interior: Covilha, 2007.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

XAVIER, Uribam. Gabinete do Ódio, o Grande Irmão Bolsonaro: farsa e tragédia no Brasil. Disponível em <https://cienciassociais.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/gabinete-do-odio.pdf> . Acesso: em 29 jun. 2022.